

ATA N.º 47/2019

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2019

Aos trinta dias do mês de setembro do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Peniche e Sala de Sessões dos Paços do Município, com a participação dos Excelentíssimos Senhores Henrique Bertino Batista Antunes, Presidente, Mark Paulo Rocha Ministro, Vice-Presidente, Ana Rita Trindade Petinga, Filipe Maia de Matos Ferreira Sales, Cristina Maria Luís Leitão, Jorge Manuel Rosendo Gonçalves e Rogério Manuel Dias Cação, Vereadores, reuniu-se, ordinariamente, a Câmara Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1.º - Aprovação de atas de reuniões anteriores.-----

----- 2.º - Período de antes da ordem do dia.-----

----- 3.º - Ordem do dia: -----

----- Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística:-----

-----1) Licenciamento de obras na via pública para execução de ramal de energia elétrica em baixa tensão e instalação de diversas colunas de IP com 8m de altura, para o prédio sito na Avenida da Praia, no Baleal, apresentado em nome de EDP Distribuição – Energia, S.A. – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

-----2) Pedido de licenciamento para alteração em moradia destinada a habitação e comércio para moradia bifamiliar, para o prédio sito na Rua da Saudade, n.º 10, em Geraldês, apresentado em nome de Maria Isabel Silva Ferreira Faroleiro – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

-----3) Pedido de licenciamento para ampliação e alteração de moradia unifamiliar/comércio, para o prédio sito na Rua do Lapadusso, n.ºs 17 e 19, em Peniche, apresentado em nome de Arlete da Silva Caetano Romão – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

-----4) Pedido de licenciamento para construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, para o prédio sito no Casalinho do Pescador, Lote n.º 9, em São Bernardino, apresentado em nome de Joaquim José Gabriel – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

-----5) Pedido de licenciamento para construção de edifício de habitação, para o prédio sito na Travessa de São José, em Peniche, apresentado em nome de Consferrel – Construções, Sociedade Unipessoal, L.ª – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

-----6) Pedido de licenciamento para alteração e ampliação de moradia, no decurso da obra na vigência da licença n.º 5/17, para o prédio sito no Ninho do Corvo - Bairro dos Ratolas, em Ferrel, apresentado em nome de Filipe de Jesus Ferreira – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

-----7) Pedido de licenciamento para demolição de edifício existente, para o prédio sito na Rua Dr. José Augusto Vaz, n.º 41 e 43, em Atouguia da Baleia, apresentado em nome de Ademar Vala Marques – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

-----8) Informação sobre o alojamento local no concelho de Peniche – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

----- Toponímia:-----

-----9) Atribuição do nome de Travessa das Vinhas, a uma artéria da localidade de Peniche – Pelouro de Ligação às Freguesias;-----

-----10) Atribuição do nome de Travessa Nossa Senhora da Ascensão – Casal da Boa Vista, a uma artéria da localidade de Atouguia da Baleia – Pelouro de Ligação às Freguesias;-----

----- Protocolos:-----

-----11) Protocolo de parceria entre o Município de Peniche e a Adepe – Associação para o Desenvolvimento de Peniche, no âmbito da adesão do Município ao Consórcio do Projeto “Sextante” – Programa Escolhas 7.ª Geração - Retificações – Pelouro da Solidariedade Social;---

-----Recursos Humanos:-----
-----12) Programas de Estágios Profissionais na Administração Pública - VI Edição PEPAL – Pelouro dos Recursos Humanos;-----

-----Impostos Municipais:-----
-----13) Participação no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Peniche, relativamente aos rendimentos do ano 2020 – Pelouro das Finanças;-----

-----14) Lançamento de uma derrama, para o ano de 2020 – Pelouro das Finanças;---

-----15) Fixação de taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2020 – Pelouro das Finanças;-----

-----Fixação de preços e taxas:-----

-----16) Fixação de preço para a venda de T-shirts da “40.ª Edição da Corrida das Fogueiras” – Pelouro do Desporto;-----

-----Relacionamento Institucional:-----

-----17) Participação do Município de Peniche no evento denominado Portugal numa Bancada – Pelouro do Desporto;-----

-----Licenciamento de atividades diversas:-----

-----18) Licenciamento de festa religiosa com procissão, em honra de Nossa Senhora do Rosário, e de arraial, em Bufarda, requerido pelo Centro Social da Bufarda – Pelouro da Administração Geral;-----

-----Apoios diversos:-----

-----19) Atribuição de apoio ao Centro de Solidariedade e Cultura de Peniche, no âmbito da colaboração na OTL – Férias Fora da Caixa – Pelouro da Educação;-----

-----Diversos:-----

-----20) Responsabilidade extracontratual do Estado, no âmbito de um processo de que é titular Fábio Daniel Ramos Veríssimo - Pelouro da Administração Geral;-----

-----21) Responsabilidade extracontratual do Estado, no âmbito de um processo de que é titular Gisela Maria Silva Rosa - Pelouro da Administração Geral;-----

-----22) Participação no colóquio sobre Educação Patrimonial em Peniche – Pelouro da Cultura;-----

-----23) Adesão do Município de Peniche à “Semana pelo Clima” - Ratificação – Pelouro da Administração Geral;-----

-----24) Homenagem a Floriano da Costa, Manuel de Sousa e João Pedro Júnior, pela doação de propriedades para construção da Escola Básica do 1.º Ciclo da Bufarda – Pelouro da Administração Geral.-----

----- 4.º - Aprovação da minuta da ata.-----

A reunião foi aberta, pelo senhor Presidente, eram nove horas e cinco minutos, encontrando-se na sala os sete elementos que compõem a Câmara Municipal de Peniche.-----

Estiveram presentes os senhores: Inês Lourenço, Secretária de Apoio à Vereação, Josselène Nunes Teodoro, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, e Marina Viola, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, durante toda a reunião, Ana Carriço, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, em regime de substituição, durante a apreciação e votação dos pontos um a sete da ordem do dia, Florinda Monteiro, Engenheira Técnica Civil da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, durante a apreciação e votação do ponto um da ordem do dia, Etelvina Alves, Técnica Superior de Arquitetura da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, durante a apreciação e votação dos pontos dois a cinco da ordem do dia e Rodrigo Lopes, Técnico Superior de Arquitetura da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, durante a apreciação e votação dos pontos seis a sete da ordem do dia, e Margarida Gonçalves, Técnica Superior Jurista da Divisão de Administração e Finanças, durante a apreciação e votação do ponto vinte da ordem do dia. Estiveram, também, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, os senhores Samuel Dinis, Diretor-Delegado, Margarida

Almodôvar, Técnica Superior e João Raminhos, ex-Diretor-Delegado, que fizeram uma apresentação, relativamente aos tarifários dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL:

Usaram da palavra os seguintes membros da Câmara: -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Informou que os técnicos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento virão apresentar as propostas que trabalharam em relação à atualização, ou não, da tabela de taxas para 2020. -----
- Declarou que se a reunião se prolongar para a parte da tarde não poderá estar presente. -----
- Disse que no dia 7 de outubro vai decorrer o almoço na festa da Bufarda, onde era habitual o Executivo participar.-----
- Informou que, no seguimento do que foi falado na Assembleia Municipal em relação ao IC11, houve uma reunião entre Presidentes de Câmara de Arruda, Alenquer, Sobral, Torres Vedras, Lourinhã e Peniche em que se percebeu que, provavelmente não existirá nem um terço do dinheiro para o projeto ou para a pretensão inicial para o IC11 pelo que a opção será recuperar partes de estradas nacionais. No nosso caso, fazer melhoramentos substanciais para a manter a Estrada Nacional 247, optar por fazer vias alternativas nos concelhos, tipo segundas circulares, como a Lourinhã, e apostar fortemente no atravessamento da A8, para fazer a ligação ao Carregado e passar por fora de Sobral a sul, Alenquer e Arruda. Disse que houve uma apresentação com o senhor Secretário de Estado das Infraestruturas de Portugal e ficou combinado que, assim que o próximo Governo tomar posse, se volte a abordar esta questão para saber qual a proposta final em relação ao traçado do IC11 e às intervenções. Disse que o previsto não é uma via rápida, mas uma via alternativa e que era de uma via para cada sentido. Afirmou que para se entender até que ponto se estendiam as dificuldades não havia duas faixas de rodagem previstas em qualquer parte do troço. Assim, disse que, depois de se perceber quais as verbas que possam vir a estar disponíveis para este grande investimento que está a ser ponderado o troço será analisado.-----

Senhor Vice-Presidente, Mark Ministro:

- Pediu desculpa por não ter sido possível apresentar, conforme estava prometido, a informação sobre o arranque do ano letivo e comprometeu-se em trazê-la para a próxima reunião. -----
- Disse que na terça-feira, houve na Oestecim, uma reunião onde foram convocados todos os municípios para abordar a questão dos transportes escolares, com o objetivo de no próximo Ano Letivo, renegociar e tentar incluir grande parte dos valores dentro do Parte, dando o exemplo de um aluno que venha do Paço para a Atouguia, paga 50,50 € de valor de passe e se fosse pelo Parte, pagaria 30€, e que este é um encargo que a Câmara estava a suportar, tal como todos os outros Municípios, o objetivo seria reformular e renegociar podendo haver poupanças grandes. -----
- Destacou, na sexta-feira passada, a conferência de imprensa relativamente ao Festival de Gastronomia de Bordo onde juntaram os municípios de Ílhavo e da Murtosa, no lançamento do Festival.-----
- Destacou que no dia anterior se comemorou o Dia Mundial do Coração que se realizou no Parque Urbano da Cidade, durante a manhã e foi bastante concorrido e da parte da tarde, estiveram no Museu da Liberdade e da Resistência, numa conferência organizada pela Associação Património, no âmbito das Jornadas Europeias do Património com o tema “*Educação Patrimonial em Peniche*”.-----

Senhora Vereadora Ana Rita Petinga:

- Disse que na semana anterior foi a uma apresentação do Plano Nacional de Leitura onde o

Município de Torres Vedras apresentou o seu Plano Local de Leitura, o que a rede Intermunicipal de Bibliotecas do Oeste gostaria que acontecesse em todos os Municípios do Oeste. -----
- Disse que na terça-feira, esteve na Comunidade Intermunicipal do Oeste, na apresentação da possibilidade de fundos comunitários para as empresas e provavelmente, irão fazer uma sessão de esclarecimento, assim que tiverem mais informação, para as nossas empresas. -----
- Informou que na sexta-feira esteve presente na comemoração do “*Visitante Cem Mil*”, na Fortaleza de Peniche. -----
- Comunicou que esteve presente na inauguração da exposição de projetos de equipamento urbano no CIAB, exposição essa que vai estar no Museu da Renda de Bilros a partir do dia 22 de outubro. Aconselhando o Executivo a ir ver, por serem trabalhos feitos pelos alunos da Escola Superior de Artes e Design do Politécnico de Leiria, que são diferentes e inovadores. -----

Senhora Vereadora, Cristina Leitão:

- Disse não ter estado na Assembleia Municipal por motivos pessoais e de saúde, mas que teve a oportunidade de assistir em casa a parte das discussões e, relativamente a isso. -----
- Manifestou a sua perplexidade com o facto de saber que o Município ter identificado ninhos de vespa asiática no nosso concelho e que essa informação só foi prestada ao senhor Presidente, ou seja, que não era informação pública. Afirmou que não era a primeira vez que sentia que o Município não fazia aquilo que, em termos de segurança e prevenção, devia fazer. Disse que teria acontecido o mesmo com o caso da Caravela Portuguesa durante a época balnear, em que se registaram várias situações na baía entre a Praia da Gamboa e o Baleal de surgimento de Caravela Portuguesa, mas que nunca viu um único aviso da Proteção Civil para que houvesse precaução, por parte dos banhistas. Disse que a própria, durante a época balnear, teve oportunidade de avisar o senhor Comandante Operacional dando conta que encontrou na praia, a localização exata para que também se pudesse agir e considerou que era mais importante prevenir e garantir a segurança, do que manter a imagem. Afirmou que, ficou preocupada quando ouviu o senhor Presidente dizer que tinham sido encontrados três ninhos de vespa asiática no Pinhal Municipal, por ser um sítio onde costuma ir passear com os seus filhos ao fim de semana, e achou que isso tinha que ser partilhado. Referiu que o Município não pode usar as redes sociais e o site só para as obras que são feitas, mas que o deve fazer também para questões de segurança e de prevenção. Ficou perplexa por ver que, realmente, o Município não cumpria o que devia cumprir em primeiro lugar, que era a prevenção na segurança das pessoas. -----
- Disse que este fim de semana passou pela zona da Fonte Gótica, que foi vandalizada. Informou que alguns painéis da informação do património da Atouguia da Baleia foram vandalizados e teve oportunidade de transmitir ao senhor Presidente de Junta que naturalmente fará o que está ao seu alcance para proceder à limpeza, mas também teve a oportunidade de verificar que a Regueira do Poço já tinha mais construções do que tinha no passado e que eram muito recentes. Afirmou que a inação do Município fazia com que os prevaricadores continuassem a fazer tudo e mais alguma coisa. Chamou a atenção para esta situação que só podia classificar de lamentável. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Relativamente à situação das vespas asiáticas, disse que pediu uma informação escrita ao senhor Comandante, mas que entenderam que não eram situações que os levassem a ter outro tipo de ação porque não ocorreram como noutros concelhos que, infelizmente, tiveram múltiplas situações de ninhos de vespas asiáticas e foi nisso que ponderaram, também para não alarmar as pessoas. Não eram situações graves, mas acrescentou que, de qualquer forma respeitava a opinião da senhora Vereadora nesse sentido e informou que iria solicitar essa informação. -----
- Em relação à questão dos exemplares de Caravelas Portuguesas nas praias de Peniche, só lhe relataram uma situação e por essa ordem de grandeza, entendeu que não se deviam tomar outras medidas. Solicitou aos senhores Vereadores que, quando acharem que são situações graves, que lhas possam transmitir, informar aos Serviços da Câmara, talvez de forma escrita, para poder ter a

perceção e poder avaliar de outra forma, as situações. -----

- Em relação à Fonte Gótica e à Regueira do Poço, disse que gostava de se ter tratado dessa situação abordada tantas vezes. Referiu que falou com o senhor Presidente de Junta várias vezes e combinaram o que fazer e como fazer, mas estavam à espera da oportunidade de ter algum tempo na agenda. Acrescentou que espera que talvez, pelo Natal, se consiga agendar algumas situações graves que merecem a intervenção da Câmara.-----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Acerca da intervenção do senhor Vice-Presidente relativamente à Educação, disse que percebeu que os serviços estariam a elaborar o tal documento solicitado. Manifestou a sua preocupação dizendo que tem ouvido o senhor Presidente aludir às reuniões de Câmara e dizer que são muito desgastantes, uma pressão grande e as segundas-feiras dias complicados. Afirmou que o objetivo de quando aqui se colocam questões será para as ver resolvidas. Acrescentou que o facto de estarem sistematicamente a colocar as mesmas questões não o fazia para seu gáudio e gostava, que quando são colocadas as questões, focando-se na questão da Educação, pudesse ser dado o cuidado aos assuntos que considera que merecem. Afirmou que, no assunto da Educação existia unanimidade na Câmara Municipal em considerar que a Educação deve ser a prioridade absoluta número um, recordando que no início do ano letivo 2017/2018, foram aqui colocadas algumas questões referentes a esse início atribulado e, na altura foi justificado que este Executivo agarrou o Pelouro da Educação com o ano letivo 2017/2018 em andamento. Disse que no ano letivo passado, 2018/2019, a senhora Vereadora Cristina Leitão colocou algumas questões relacionadas com o início do ano letivo atribulado e este ano, voltaram-se a colocar novamente as questões, referindo que na Assembleia Municipal foi colocada a questão do ano letivo atribulado e que o senhor Vereador, com o Pelouro da Educação, respondeu que o problema era a falta de recursos. Deixou o seu testemunho referindo que, na turma do seu filho, que está na Escola do Alemão, no pré-escolar, existem pais que trabalham fora de Peniche e, aparentemente, foi criada a expectativa de que a Câmara iria proporcionar o Serviço de Acolhimento às crianças, ou seja, para quem trabalhasse em Lisboa, no Bombarral e têm de entrar às 9 horas da manhã, não é possível deixar as crianças às cinco para as nove na escola, mas a escola só assegura acolhimento a partir das cinco ou dez para as nove horas. Disse que o que acontecia, era que alguns pais, que conhecia, viam a sua situação profissional num contexto delicado, na medida em que não conseguiam cumprir o seu horário de trabalho e essa era uma preocupação grande que existia nas escolas. Quanto aos prolongamentos em que o seu filho também estava inscrito e o frequentou duas vezes explicou que para si, era uma dificuldade do ponto de vista logístico das famílias que os meninos da Escola do Alemão venham depois para a Escola Velha. Disse que o senhor Vice-Presidente, na reunião em que esteve como Encarregado de Educação, explicou que tiveram que centralizar os recursos porque não era possível disponibilizar esse serviço naquela escola e resolveu-se centralizar na Escola Velha, mas quis chamar a atenção para o facto de, inicialmente estarem dezoito meninos da Escola do Alemão inscritos na Escola Velha, mas que no final da semana passada, iam apenas quatro ou cinco meninos e que a tendência seria de descer. Informou que na terça-feira, quando a sua mulher foi buscar o filho à Escola Velha, percebeu que não era dinamizada uma atividade de animação e apoio à família por pessoas, naquele momento, com formação para tal e, com o devido respeito, não estando em causa nem as senhoras nem a empresa Penilimpa, mas tinha dúvidas que essas duas senhoras estivessem habilitadas para prestar um serviço especializado e técnico como se quer que seja o serviço prestado às nossas crianças. Manifestou a sua preocupação em relação com o serviço prestado, tanto de acolhimento, que não existe, como dos prolongamentos. -----

- Informou que ouviu dizer que a Câmara iria contratar mais trinta pessoas através da Associação Juvenil para assegurar os prolongamentos. Afirmou que, não sabendo se esta informação era verdadeira, se faziam falta tantas pessoas, não seria certamente no mês de outubro que deveriam ser contratadas, deveriam ser contratadas antecipadamente, referindo que a preparação do ano letivo deveria ser feita com muita antecedência. Disse ao senhor Vice-Presidente que estava muito

preocupado com a área da Educação, não que seja um suprasumo na área, mas é pai e estava preocupado, tinha a consciência das competências que as Câmaras vão ganhar em termos de equipamentos e de pessoal não docente no futuro e da forma como se perspectiva que venha a crescer, manifestou-se muito preocupado. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Afirmou comungar de algumas preocupações que o senhor Vereador expressou, referindo que era uma área em que tinha particular atenção e preocupação, mas afirmou que se estava a construir uma realidade nova, que é certo que tem algumas lacunas. Disse que o que o senhor Vereador referiu não era uma desculpa, acerca da estrutura municipal, particularmente à estrutura administrativa para esta nova realidade. Estavam a procurar fazê-lo foram tomaram algumas medidas e é certo que um procedimento ou outro correu menos bem, nomeadamente aquele que era uma esperança para dar alguma tranquilidade a todos os estabelecimentos escolares que são da nossa responsabilidade, o concurso para Assistentes Operacionais, que abriu e que levantou uma grande dificuldade porque apareceram 253 pessoas. Como assumido anteriormente o objetivo é o de garantir que quando houvesse a necessidade de mais recursos humanos preenchê-las com pessoas que possam garantir, a médio ou a longo prazo. Acrescentou que a responsabilidade política no Executivo era do senhor vereador Mark Ministro que sabe e conhece a sua opinião.---

Senhor Vice-Presidente, Mark Ministro:

- Relativamente às questões colocadas pelo senhor Vereador disse que conhecia as dificuldades de quem trabalha fora e que tinha os filhos a estudar em Peniche e que antes de assumir estas funções, sempre trabalhou fora e sempre teve de recorrer a serviços externos para ter acompanhamento das suas filhas. Recordou a informação que veio à Câmara, no dia 27 de maio sobre a previsão das condições a criar no próximo ano letivo nunca foi referido o serviço de acolhimento, foi sempre referido o serviço de prolongamento, portanto o acolhimento nunca esteve previsto para este ano letivo. Relativamente ao prolongamento e ao dia em concreto que o senhor Vereador se estava a referir, não soube se, de facto, estiveram duas pessoas da Penilimpa, mas soube que houve um constrangimento com as duas pessoas que habitualmente lá estão que houve que a necessidades de as substituir, daí o recurso a, pelo menos, uma pessoa da Penilimpa. Conforme disse, na reunião passada, quando a Vereadora Cristina Leitão colocou a questão sobre os prolongamentos e as refeições, estavam a tentar dinamizar e alterar o protocolo que têm com a Associação Juvenil de Peniche e não eram trinta pessoas que vão contratar e, para os prolongamentos, o que disse foi que vai haver uma pessoa para cada uma das salas com uma pessoa a fazer coordenação e onde iriam tentar reforçar mais o protocolo será ao nível das refeições com um serviço de tarefas, pessoas que poderão fazer as duas horas de almoço onde haverá mais necessidades. -----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Considerou como uma mais-valia o senhor Vice-Presidente ter trabalhado fora e saber da importância, ou ter a preocupação, de encontrar uma resposta para as suas filhas e julgou que isso poderia ser uma mais valia porque agora que tem a oportunidade de encontrar respostas para quem vive exatamente das mesmas dificuldades. Afirmou que não disse que no dia 27 de maio tinha sido sugerido que teriam o serviço de acolhimento, o que disse foi que foi criada essa expectativa nos pais. Declarou que busilis da questão não estava em se disseram que havia e afinal não há, mas na falta da oferta. Por outro lado, referiu que o senhor Vice-Presidente disse que houve um constrangimento naquele dia, o que estava em causa era a ausência de alternativa de pessoas habilitadas na área da Educação. Afirmou que deveria ter-se a noção da importância que tem haver sempre um plano B, uma alternativa quando estas situações acontecem e por isso, tinham que ter os recursos dimensionados, acautelando os imponderáveis. Relativamente à questão das tarefas para auxiliar na hora do almoço, afirmou que era essa é uma outra dificuldade. Informou que tinha conhecimento que as Auxiliares de Ação Educativa que trabalham na Escola do Alemão não têm

estado a usufruir da sua hora de almoço porque têm acompanhado os meninos à Escola Secundária, porque não existem pessoas para prestar este serviço. Disse que quando se pediu para se fazer uma análise à Educação, à política municipal educativa não foi com o objetivo de evidenciar eventuais fragilidades. O objetivo é o de discutir um assunto muito importante, que têm vindo a discutir pontualmente. Afirmou que a questão da Educação tem de ser discutida com toda abrangência e que era óbvio que não era um documento feito por um ou por mais técnicos que os vai esclarecer, mais do que esclarecer, precisavam de debater e decidir, atendendo aos novos desafios com que se vão deparar nesta área da Educação. Sobre a questão do Mega Agrupamento que o senhor Vice-Presidente já deu conta que desconhecia a possibilidade acrescentou que, de facto, vai ser uma realidade a existência de um Mega Agrupamento na cidade e ficava muito preocupado que o senhor Vereador, com o Pelouro da Educação, desconheça que exista esta forte hipótese. -----

Senhor Vice-Presidente, Mark Ministro:

- Sobre o Mega Agrupamento o que disse foi que não foram contactados, nem de forma oficiosa nem oficialmente sobre esta questão e uma coisa é o que se diz outra coisa é haver contactos nesse sentido.-----

- Relativamente à Escola do Alemão e aos almoços, deu nota que em princípio, viria na informação que estava a ser preparada. Destacou que quando começaram o novo ano letivo tinham cinquenta refeições, mas final da primeira semana passaram a ser oitenta as crianças inscritas naquele serviço o que em termos de recursos humanos criava uma necessidade extraordinária a ultrapassar. Pelo que sabia, estaria já tudo alinhavado e acompanhado pelo que as auxiliares da escola não deveriam estar envolvidas na situação da hora do almoço. -----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Sobre a questão da Educação disse que estava profundamente de acordo com algumas das preocupações que foram aqui manifestadas e, particularmente, com o facto de recorrerem a pessoas que não estão preparadas para as tarefas responsáveis que têm, nomeadamente nos acompanhamentos de almoços. Considerou que seria muito urgente pensar-se dar alguma formação, orientações de trabalho para que saibam lidar com crianças que vieram de muitos contextos familiares, muitas delas sem regras nenhuma e com comportamentos disruptivos, relativamente às ordens que lhes dão. Manifestou a sua preocupação com a falta de pessoal porque numa autarquia, especialmente em matérias como aquela, não pode haver falta de pessoal porque a Educação é a pedra de todo o desenvolvimento. Acrescentou que estava a falar do lado de quem não tem a responsabilidade na gestão o que é sempre mais fácil.-----

- Relativamente à questão dos Sabores do Mar explicou que tudo aquilo que se possa avaliar sobre o evento do ponto de vista do cumprimento de metas, não passaria de pura especulação porque para o avaliarem criticamente, teriam de ter estabelecido metas concretas à partida o que não foi feito. Considerou que talvez fosse preciso fazer uma experimentação para se saber resultava, mas que tinham um grande desafio para a próxima edição, porque deixaria de haver margem de erro para correr menos bem. Sugeriu que, independentemente da análise técnica habitualmente morosa, possam fazer uma reflexão crítica que defina linhas gerais para o que se quer que seja o Festival Sabores do Mar no próximo ano e, se possível, que permita que no Orçamento e nas Grandes Opções a ideia venha mais clara e politicamente sancionada.-----

- Relativamente ao Associativismo afirmou que chamou a atenção para a importância da economia social, para o desenvolvimento económico e para a qualidade de vida e mobilização das pessoas mais do que uma vez. Referiu que o Município tem um tecido associativo com alguma qualidade, mas que, na sua opinião, tem vindo a perder dinâmica. Acrescentou que, nos últimos anos, foi instalada uma dimensão de partilha de informação, de aprofundamento de conhecimento que, porventura, se tem vindo a perder. Afirmou ter alertado a Câmara anteriormente para a necessidade de se tomar iniciativas de mobilização das organizações solidárias, tendo em conta os novos papéis que estas organizações têm e a nova legislação. Manifestou a urgência em rever o Regulamento

de apoio ao associativismo que, na sua opinião não servia nem a autarquia, nem as associações. Afirmou que se se quer que a economia solidária tenha um papel no desenvolvimento económico do concelho, será necessário utilizar as organizações da economia solidária. Acrescentou que estava a falar em economia social e solidária e não só de associativismo, mas uma dimensão do associativismo associada ao desenvolvimento económico, à criação e manutenção de emprego, às respostas sociais para as pessoas mais vulneráveis, o que tem de ser pensado de uma forma coerente e direcionada para se tomarem soluções. -----

- Afirmou que se estará no dealbar de mais um plano de ação para o próximo ano e seria fundamental que se promovesse uma reflexão política que permitisse situar, compreender ou visionar as verdadeiras prioridades do Executivo em matérias tão relevantes como a Educação, o Desporto ou a Cultura. Disse que se têm realizado muitas iniciativas, nomeadamente ao nível do Desporto e da Cultura, mas que ficava sempre com a sensação de pontualidade pelo que tentou fazer o exercício de perceber se aquelas iniciativas se inscreviam numa política desportiva, cultural ou educativa do nosso Município, chegando à conclusão que seria possível fazê-lo, porque todos ganhavam. Manifestou o seu interesse no sentido de criar verdadeiras oportunidades de desenvolvimento no nosso território para a nossa gente. Afirmou que se deveria fazer um planeamento político de ação ao nível destes três campos porque são os campos onde, etereamente, tudo cabe. Manifestou a vontade de perceber a lógica política e o papel que esse tipo de iniciativas tinham do ponto de vista do que é uma política para a promoção cultural. Referiu que, quando se dizia que estavam a cumprir novas realidades, era preciso perceber quais são e onde estão, qual era a visão nova que se tem para a Cultura, para a Educação e o que se poderá acrescentar, do ponto de vista do planeamento político da ação. -----

- Transmitiu a sua preocupação relativamente à Carta Educativa. Referiu que o senhor Vice-Presidente, na Assembleia Municipal, lembrou que vai haver um seminário, onde vai tentar estar presente, que era promovido por uma equipa que estava a desenvolver um trabalho na área da promoção do sucesso escolar e era uma boa altura para se pegar no assunto. Afirmou que uma Carta Educativa exige que se pense de uma forma estruturada e planeada, que se conceba um plano para a revisão e que, nesse plano, devem estar incorporadas todas as dimensões que serão importantes para que a Carta Educativa ou a sua revisão, um processo demorado e complexo, mas tenha um percurso natural, sequencial e com metas traçadas. Expressou a sua disponibilidade para, se o senhor Vereador estiver interessado, partilhar algumas opiniões sobre aquela matéria. -----

- Saudou o Dia Mundial do Coração e afirmou que esperava e desejava que o Município promovesse o bom coração, leia-se, a solidariedade e o coração bom, leia-se, a saúde dos munícipes. Não deixou de notar mais uma vez a nossa urgência hospitalar. Recordou que chegou a sugerir que a saúde deveria ser objeto de uma maior ligação informativa aos munícipes, nomeadamente, às condições que têm em Peniche, àquilo que estava a fazer e às propostas que estão em cima da mesa, concretamente o novo Centro Hospitalar. -----

- Informou que uma mãe de um aluno do Secundário lhe disse que havia um problema com os passes, referindo que as aulas começaram no dia dezasseis e que, apesar de terem tratado do passe, tiveram que pagar o transporte durante dois ou três dias. Perguntou se esta situação aconteceu ou não e se irá ou não ser corrigida, uma vez que, supostamente os pais que pagaram o passe, tiveram que pagar bilhetes. Acrescentou que esta situação terá acontecido de quem vinha da Freguesia da Atouguia para a Escola Secundária. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que avaliar os Sabores do Mar e integrar já essas conclusões nas próximas Grandes Opções do Plano será impossível porque ainda se iria dar início à avaliação naquela semana. Haverá vários patamares de avaliação e ainda a avaliação política que, mas que se tentaria incluí-las assim que seja possível. -----

- Em relação a outras questões que o senhor Vereador colocou, afirmou que eram insuficiências e algumas delas foram mal trabalhadas, mas que eram experiências a ser trabalhadas para serem

melhoradas, como era a questão do Associativismo. Disse que a revisão da Carta Educativa estava em marcha, que pelo menos tinha sido dado o primeiro passo nesse sentido e as orientações são de prosseguir e trabalhar da melhor forma possível para envolver todas as pessoas a que a Educação diz respeito e as mais interessadas. Disse que quando falaram nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento para os dois próximos anos, terão a oportunidade de o aprofundar manifestar o que pensam sobre isso. Afirmou que naquele, tinha ideias muito mais claras do anteriormente e conhecimento do envolvimento e dos compromissos que o Município tem em relação aos fundos comunitários. Acrescentou que percebia, por tudo aquilo que vão analisando e todo o trabalho que está a ser feito para o orçamento, qual era a disponibilidade existente. Referindo que e pretendia fazer muito mais, mas foi necessário estabelecer algumas prioridades que não faziam parte da previsão de intervenções, exemplificando com a questão recorrente da Berlenga.

Disse que no Município não se pode entender que a intervenção é feita numa só área e que vai tudo para a Educação, mas há todo um conjunto da gestão corrente dos Serviços Municipais que é muito mais, é tudo muito exigente e a área que provavelmente será mais exigente, em termos de recursos, é a área da Limpeza. Acrescentou que quando os resultados finais em relação ao Centro Escolar vierem para cima da mesa se vai perceber. Afirmou que terá de se caminhar para outro tipo de opções na Educação que é onde está o futuro do nosso concelho em termos do que somos como povo e de como serão as crianças e os jovens amanhã. -----

Senhor Vice-Presidente, Mark Ministro:

- Informou que, relativamente ao Associativismo, o processo da revisão do Regulamento começou a nível interno. Referiu que se realizaram várias reuniões com os serviços e que o próximo passo, será reunir com as associações, preferencialmente uma a uma, para se perceber as realidades, e as dificuldades, de forma a primeiro obter uma visão individual para depois partir para o coletivo. Disse que o objetivo seria que até ao final deste ano aquelas reuniões fossem concluídas para se continuar com o processo. -----

- Sobre a Carta Educativa tinha dito que era interessante conseguirem ter aqui um *draft* na altura do final do ano letivo que se aproxima e, portanto, o pontapé de saída seria agora, aproveitando este seminário. tinham que integrar, conforme tinha mencionado a questão das transferências de competências na Educação e a partir de aí começar a envolver a comunidade, a discutir para se arranjar um documento que está, claramente, ultrapassado. -----

- Quanto à questão dos passes afirmou que não ter conhecimento dessa situação, assegurando que iria averiguar. Referiu que havia uma situação que, naquele momento, estava pendente e que se espera que venha à próxima reunião de Câmara, relacionada com o passe de duas crianças, uma que reside do lado da Lourinhã, mas que estuda no Agrupamento da Atouguia e uma outra que reside do lado de Peniche, mas que estuda em Miragaia. Informou que se tem estado em conversações com o Município da Lourinhã tendo sido proposto que o Município de Peniche suportasse o passe que quem está a estudar no lado de Peniche e o Município da Lourinhã o passe de quem está a estudar na Lourinhã. -----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- No que se concerne à Carta Educativa defendeu que se deveria abrir um plano de ação concreto que especificasse exatamente as diferentes etapas que se pensa cumprir até porque, como foi dito pelo senhor vereador, havia uma dificuldade tremenda e acrescida relacionada com a descentralização das competências, o que fazia com que outros atores tivessem que ser envolvidos na discussão da Carta Educativa. -----

-Relativamente ao Associativismo, disse que a Adepe esteve muito ligada à carta do Associativismo e que pode ser um bom parceiro para ajudar a Câmara. Afirmou que o problema da Câmara é querer fazer tudo e depois não tem recursos suficientes e, portanto, havendo organizações no terreno com algum *know how*, conhecimento e até experiência, talvez se devesse aproveitá-las. Sugeriu que, ao invés do que o senhor Vereador disse de começar por reunir com

cada uma das associações, que primeiro deveria reunir com todas e só depois de se definirem objetivos e se traçarem caminhos reunir, eventualmente, com aquelas que se entender que são referenciais e com as que tiverem mais necessidade. -----

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Referiu que se deveria abordar a questão do IC11 depois das eleições e manifestou-se surpreendido porque, sendo um assunto tão importante para o concelho, o senhor Presidente ou o Gabinete tenha deixado passar a possibilidade de ter estado presente nessa reunião e estar a falar pelo que outros lhe disseram. Acrescentou que se devia voltar a falar no assunto após a realização das eleições de domingo e em função disso, falar com o novo Governo sobre esta matéria. -----

- Transmitiu que Peniche, precisava de investimento particular e público, através da Câmara e dos fundos comunitários, mas que havia muitas medidas que deviam ser tomadas sem o envolvimento de investimentos que não se têm sido tomadas. Afirmou que se podia falar sobre uma série de áreas de atividade da Câmara onde se poderiam tomar algumas medidas relacionadas com a organização e a disponibilização de meios que não envolvam grandes meios financeiros. Disse que estando quase na metade do mandato seria bom realizar uma avaliação.-----

- Relativamente ao restaurante “Nau dos Corvos” perguntou se o Laboratório Nacional de Engenharia Civil informou a Câmara da sua disponibilidade para a visita solicitada ao maciço rochoso. Disse que estavam no final de setembro e considerando que aquele é um ponto muito visitado seria importante ver com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil a hipótese de quando se poderá realizar a vistoria ao maciço rochoso, para que se possam tomar decisões, relativamente ao futuro. -----

- Inquiriu se foi enviado o ofício a solicitar ao restaurante “Nau dos Corvos”, o início do pagamento das quarenta e oito prestações. -----

- Afirmou que na semana anterior colocou uma questão sobre os pagamentos das concessões da Berlenga informando que, relativamente ao pavilhão, tem conhecimento da falta de pagamento. Perguntou se houve algum pagamento ou se estaria tudo em dívida. -----

- Perguntou se da concessão do Castelinho estava tudo de acordo com as regras estabelecidas na concessão. -----

- Solicitou um ponto de situação do Plano Diretor Municipal e, ainda, o que se pensa relativamente ao futuro. Informou que à sua frente tinha o calendário das ações sobre a revisão do Plano Diretor Municipal elaborado pelo professor Jorge Carvalho, referindo que a última ação prevista era de março de 2019. Pediu que se fizesse uma atualização daquele calendário, com a indicação do grau de execução e do que estará em falta. -----

- Disse que na reunião anterior solicitou uma informação sobre as necessidades de investimento no setor da limpeza, em termos de equipamentos, sobre o que estava previsto e o que estava em curso, o problema dos meios humanos para que esta questão da limpeza urbana pudesse ser discutida numa próxima reunião com a profundidade que merece. Solicitou, também a gravação da reunião. Disse que não se sentiu bem com a intervenção do senhor Chefe de Divisão os técnicos falavam nas reuniões de Câmara, porque a Câmara lhes permitia essa faculdade, para serem informados, com a solicitação dos membros da Câmara. -----

- Informou que no Bairro dos Pescadores há um contentor com dois sofás, referindo que não viu naquele contentor nenhum número para onde se pudesse telefonar para levantar os sofás. Acrescentou que perto do Café Moderno se deparou com a mesma situação. Afirmou que esta intervenção servia apenas para dizer que o número colado nos contentores, como referido na anterior reunião de Câmara, com o sol e com as lavagens, desaparecia, pelo que não será a melhor solução e, nesse sentido, mostrou-se disponível para discutir esta matéria num outro momento. --

- Disse que relativamente ao concurso de chefias viu o resumo dos pareceres enviados pelos Serviços e que, relativamente à sua intervenção do dia 1 de abril, “*A Câmara solicitou no dia 10 de maio um parecer à Associação Nacional de Municípios e, portanto, como o parecer, entretanto, não chegou, reforçou esse pedido de parecer, no dia 24 de maio e a resposta foi dada por um*

ofício da Associação Nacional de Municípios, de 6 de junho, que chegou ao email do senhor Presidente no dia 12 de junho.” Afirmou que analisou o primeiro ofício da Associação Nacional de Municípios e que era claro que a questão de como o concurso foi aberto, com a exigência de uma determinada licenciatura para cada um dos concursos, era ilegal. Mencionou que, por coincidência, o acórdão que havia referido do Tribunal Administrativo do Norte, da Universidade do Minho, a própria Associação Nacional de Municípios fez referência. Disse que sabia, que a lei não definia um prazo para os concursos e que, portanto, as chefias podiam estar em comissão de serviço em regime de substituição por 90 dias e deve abrir-se o concurso. Chamou a atenção porque o Governo pediu à Procuradoria Geral da República um parecer relativamente ao problema das incompatibilidades, dos negócios, das pessoas que tem filhos ou pais no Governo e o que se pode ou não fazer. Considerou que quem sobreintende os processos lesse aquele parecer, porque é dito que a lei não podia ser lida de uma forma linear e tinha que se ir ao encontro do espírito legislador. Disse que o legislador, não tendo colocado um prazo para estes concursos, não estava a pensar que o concurso se desenvolvesse e levasse mais tempo do que a própria comissão de serviço. Questionou sobre o que foi feito por parte do senhor Presidente nesta matéria, se anulou esse aviso de concurso e voltou a fazer novos avisos de concurso.-----

- Solicitou que lhe fosse enviado, com alguma urgência, os despachos de exoneração que foram feitos no início do mandato e os despachos de nomeação das pessoas que estão a chefiar as divisões. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Afirmou que se falaria depois das eleições em matéria do IC11. Informou que esteve reunido com os outros Presidentes que foram referidos, antes de falarem com o senhor Secretário de Estado para marcar posição. Disse que a falha foi sua e não foi dos serviços. Acrescentou que o mais importante não era aquela reunião. -----

- Em relação aos investimentos, gostaria que, um dia, o senhor vereador pudesse concretizar melhor, mas no essencial, confessou que partilhava a preocupação. Manifestou que se sentiria mais tranquilo um dia que Peniche possa querer trazer mais pessoas para cá e que lhes possam dar qualidade e que possam também, manter a nossa qualidade. -----

- Em relação ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil manifestou o seu incómodo e referiu que terá de se marcar uma data. -----

- Em relação aos pagamentos das concessões da Berlenga, informou que na semana anterior, no seguimento daquilo que achava que iria acontecer, o restaurante pagou dois meses e não pagou o terceiro porque o sistema não permitiu, mas provavelmente já terá pago o terceiro. Em relação ao Castelinho, da última vez que teve informação, estava tudo em dia. -----

- Referiu que relativamente ao Plano Diretor Municipal tinha transmitido informação acerca da marcação de uma reunião de balanço ou de avaliação do Plano Diretor Municipal com as equipas externa e interna, que ocorrerá naquela semana, para depois comunicar ao Executivo um ponto de situação. -----

- Manifestou a sua concordância o que o senhor Vereador referiu em relação à limpeza. Concordou que se podiam aprofundar as situações e que se podia melhorar muito. Aquela era uma área em que procurava estar muito atento, referiu é uma área que em termos de investimentos terá uma brutalidade de necessidades. Comunicou que se abdicará de outros investimentos para tratar de uma área importante para o nosso desenvolvimento, para a qualidade de vida, uma área que foi sempre sentida, na sua opinião. -----

- Em relação ao concurso de chefias, disse que demorou demasiado tempo porque havia inseguranças sobre como proceder e, por isso, a insistência naquele ofício e as insistências com a Associação para responder. Disse que a Dr.^a Margarida Cândido regressou ao serviço na segunda-feira, referiu que teve uma reunião com a técnica e que lhe foram dadas orientações para prosseguir com os concursos, de acordo com o esclarecimento da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Informou que se fecharia este dossier o mais rapidamente possível,

independentemente de se saber que daqui a algum tempo se trará à Câmara o organograma e que poderá haver necessidade de fazer novos concursos de chefias depois disso. Declarou que não se esperará mais e que irá avançar por esse caminho.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Câmara passou a apreciar os assuntos constantes da ordem do dia, tendo tomado as seguintes deliberações que, quando não sejam indicados outro resultado e forma de votação, foram tomadas por unanimidade e votação nominal:-----

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1) Licenciamento de obras na via pública para execução de ramal de energia elétrica em baixa tensão e instalação de diversas colunas de IP com 8m de altura, para o prédio sito na Avenida da Praia, no Baleal, apresentado em nome de EDP Distribuição – Energia, S.A. – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:-----

Deliberação n.º 1133/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 25 de setembro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Propor à Exma. Câmara Municipal que delibere no sentido de:

a) Isentar a EDP da apresentação da caução para cumprimento da boa reposição dos pavimentos da via pública, pelas razões e com os fundamentos expostos no n.º 4.14 da presente informação;

b) Aprovar o processo e deferir o pedido de licenciamento, ao abrigo do disposto no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), e no Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão no Município de Peniche, celebrado entre o Município de Peniche e a EDP Distribuição, Energia, S.A., relativo ao pedido de licenciamento de obras na via pública, para execução de uma ligação em baixa tensão e instalar 52 Colunas de IP com 8m de altura, bem como deferir o pedido de ocupação da via pública inerente à operação urbanística, a realizar na Avenida da Praia, Baleal, apresentado em nome de EDP Distribuição – Energia, S.A., no dia 30 de agosto de 2019, nas condições constantes da informação da DPGU, datada de 25 de setembro de 2019, que deverão constar do título da licença.» (Doc.627 DPGU 1002/19) -----

2) Pedido de licenciamento para alteração em moradia destinada a habitação e comércio para moradia bifamiliar, para o prédio sito na Rua da Saudade, n.º 10, em Geraldês, apresentado em nome de Maria Isabel Silva Ferreira Faroleiro – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:-----

Deliberação n.º 1134/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 24 de setembro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Aprovar com condições, o projeto de arquitetura ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), relativo ao pedido de licenciamento para alteração em moradia destinada a habitação e comércio para moradia bifamiliar, para o prédio sito na Rua da Saudade, n.º 10, localidade de Geraldês, apresentado em nome de Maria Isabel Silva Ferreira Faroleiro, no dia 11 de fevereiro de 2019, nas condições do parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 21 de setembro de 2019.» (Doc.628 DPGU 146/19) -----

3) Pedido de licenciamento para ampliação e alteração de moradia unifamiliar/comércio, para o prédio sito na Rua do Lapadusso, n.ºs 17 e 19, em Peniche, apresentado em nome de Arlete da Silva Caetano Romão – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:-----

Deliberação n.º 1135/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara,

datada de 24 de setembro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquivava cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Aprovar com condições, o projeto de arquitetura ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), relativo ao pedido de licenciamento para ampliação e alteração de moradia unifamiliar/comércio, para o prédio sito na Rua do Lapadusso, n.º 17 e 19, localidade de Peniche, apresentado em nome de Arlete da Silva Caetano Romão, no dia 28 de fevereiro de 2019, nas condições do parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 21 de setembro de 2019.» (Doc.629 DPGU 225/19)-----

4) Pedido de licenciamento para construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, para o prédio sito no Casalinho do Pescador, Lote n.º 9, em São Bernardino, apresentado em nome de Joaquim José Gabriel – Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----

Deliberação n.º 1136/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 24 de setembro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquivava cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Aprovar com condições, o projeto de arquitetura ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), relativo ao pedido de licenciamento para construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, para o prédio sito na Casalinho do Pescador - Lote n.º 9, localidade de São Bernardino, apresentado em nome de Joaquim José Gabriel, no dia 8 de março de 2019, nas condições do parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 21 de setembro de 2019.» (Doc.630 DPGU 260/19)-----

5) Pedido de licenciamento para construção de edifício de habitação, para o prédio sito na Travessa de São José, em Peniche, apresentado em nome de Consferrel – Construções, Sociedade Unipessoal, L.ª – Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----

Deliberação n.º 1137/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 25 de setembro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquivava cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Proceder à audiência prévia ao interessado, nos termos do artigo 121.º do Código de Procedimento Administrativo, manifestando a intenção de indeferir o pedido, apresentado em nome de Consferrel - Construções Sociedade Unipessoal, L.ª, em 8 de maio de 2019, para construção de edifício de habitação, para o prédio sito na Travessa São José, localidade de Ferrel, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 e a) do n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), pelos motivos constantes no parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 25 de setembro de 2019, por contrariar o Regulamento do Plano Diretor Municipal (PDM) de Peniche e Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE) de Peniche.» (Doc.631 DPGU 477/19) -----

6) Pedido de licenciamento para alteração e ampliação de moradia, no decurso da obra na vigência da licença n.º 5/17, para o prédio sito no Ninho do Corvo - Bairro dos Ratolas, em Ferrel, apresentado em nome de Filipe de Jesus Ferreira – Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----

Deliberação n.º 1138/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 24 de setembro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquivava cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Aprovar o projeto de arquitetura ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), relativo ao pedido de licenciamento para alteração e ampliação de moradia no decurso da obra na vigência da licença n.º 5/17, para o prédio sito no Ninho do Corvo - Bairro dos Ratolas, localidade de Ferrel, apresentado em nome

de Filipe de Jesus Ferreira, no dia 19 de outubro de 2018, nas condições do parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 21 de setembro de 2019.» (Doc.632 DPGU 236/18)-----

7) Pedido de licenciamento para demolição de edifício existente, para o prédio sito na Rua Dr. José Augusto Vaz, n.º 41 e 43, em Atouguia da Baleia, apresentado em nome de Ademar Vala Marques – Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----

Deliberação n.º 1139/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 25 de setembro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Aprovar o projeto de demolição ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), relativo ao pedido de licenciamento para demolição de edifício existente, para o prédio sito na Rua Dr. José Augusto Vaz, n.º 41 e 43, localidade de Atouguia da Baleia, apresentado em nome de Ademar Vala Marques, no dia 24 de julho de 2019, nas condições do parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 25 de setembro de 2019.» A senhora Vereadora Cristina Leitão não participou na apreciação e votação deste assunto. (Doc.633 DPGU 828/19) -----

8) Informação sobre o alojamento local no concelho de Peniche – Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----

Deliberação n.º 1140/2019: Por proposta do senhor Presidente, a Câmara Municipal tomou conhecimento da informação sobre o alojamento local no concelho de Peniche. (NIPG 17501/19)

TOPONÍMIA:

9) Atribuição do nome de Travessa das Vinhas, a uma artéria da localidade de Peniche – Pelouro de Ligação às Freguesias:-----

Deliberação n.º 1141/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 26 de setembro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando que na zona da Fonte do Rosário existe a necessidade de atribuir a uma das artérias ali localizadas a respetiva denominação;

Considerando o parecer favorável já emitido pela Comissão Municipal de toponímia, de 19 de setembro de 2019, e a posição de concordância transmitida pelo novo executivo da referida Junta de Freguesia, através do seu e-mail, de 4 de abril de 2019, e nos termos do artigo 7.º do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia, estão reunidos os pressupostos para atribuir o nome de “Travessa das Vinhas”, nesta cidade, à artéria sita a nascente e paralela à Rua Ruth Gonçalves e que se situa entre a mesma e a Rua das Vinhas;

Proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea ss) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do artigo 5.º do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia, atribua o referido topónimo.» (Doc.634 NIPG 2818/16) -----

10) Atribuição do nome de Travessa Nossa Senhora da Ascensão – Casal da Boa Vista, a uma artéria da localidade de Atouguia da Baleia – Pelouro de Ligação às Freguesias: -----

Deliberação n.º 1142/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 26 de setembro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Atendendo ao solicitado pela Freguesia de Atouguia da Baleia, através do seu ofício, datado de 30 de maio de 2019;

Considerando o parecer favorável emitido pela Comissão Municipal de Toponímia, de 19 de

setembro de 2019, e nos termos do artigo 7.º do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia, estão reunidos os pressupostos para atribuir o nome de “Travessa Nossa Senhora da Ascensão”, em Casal da Boa Vista, na freguesia de Atouguia da Baleia, à artéria que nasce na Travessa de São Leonardo e termina na Rua Nossa Senhora da Ascensão;

Proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea ss) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do artigo 5.º do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia, atribua o referido topónimo.»
(Doc.635 NIPG 9877/19) -----

PROTOSCOLOS:

11) Protocolo de parceria entre o Município de Peniche e a Adepe – Associação para o Desenvolvimento de Peniche, no âmbito da adesão do Município ao Consórcio do Projeto “Sextante” – Programa Escolhas 7.ª Geração - Retificações – Pelouro da Solidariedade Social: Deliberação n.º 1143/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 20 de setembro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a deliberação da Câmara Municipal n.º 892/2019, de 22 de julho, em função da qual foi aprovado um protocolo de cooperação entre o Município e a ADEPE - Associação para o Desenvolvimento de Peniche, que define os termos da parceria para desenvolvimento do Projeto “Sextante”, enquadrado no âmbito do Programa Escolhas 7.ª Geração, regista-se que, por lapso, o protocolo refere que a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Peniche faz parte dos membros integrantes do consórcio do projeto, quando, efetivamente, não integra o consórcio. Nessa medida, e a fim de corrigir o referido lapso, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprove a versão corrigida da minuta de protocolo a celebrar entre o Município e a ADEPE - Associação para o Desenvolvimento de Peniche, no âmbito da implementação do Projeto “Sextante”.» O senhor Vereador Rogério Cação não participou na apreciação e votação deste assunto. (Doc.636 NIPG 13156/19) -----

RECURSOS HUMANOS:

12) Programas de Estágios Profissionais na Administração Pública - VI Edição PEPAL – Pelouro dos Recursos Humanos: -----

Deliberação n.º 1144/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 26 de setembro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando que decorrente da fase de Pré-Candidatura das entidades promotoras à 6.ª Edição PEPAL (Programa de Estágios Profissionais na Administração Local), foram atribuídos ao Município de Peniche 23 lugares de estágio profissional (Despacho n.º 8035/2019, de 11 de setembro) e atendendo à Informação dos Serviços de 26 de setembro de 2019, no uso da competência estabelecida no n.º 2 do artigo 35.º Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho que seja autorizada a abertura do respetivo procedimento de seleção.» (Doc.637 NIPG 17579/19)-----

IMPOSTOS MUNICIPAIS:

13) Participação no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Peniche, relativamente aos rendimentos do ano 2020 – Pelouro das Finanças: -----

Deliberação n.º 1145/2019: Deliberado, por maioria, com quatro votos a favor, dos membros da

Câmara Municipal eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche e pela Coligação Democrática Unitária, uma abstenção, pelo senhor Vereador eleito pelo Partido Socialista, e dois votos contra dos membros da Câmara Municipal eleitos pelo Partido Social Democrata, aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 11 de setembro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e tendo em conta o disposto no n.º 1 e n.º 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, delibere propor à Assembleia Municipal que a participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Peniche, relativamente aos rendimentos do ano de 2020, para inclusão no orçamento municipal de 2021, seja de 5%.» (Doc.638 NIPG 16461/19) -----

O senhor Vereador da Coligação Democrática Unitária entregou a seguinte declaração de voto. --

«Declaração de voto

Participação no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Peniche, relativamente aos rendimentos do ano 2020:

A CDU tem vindo a defender nos últimos anos a manutenção desta taxa. Não porque não sejamos sensíveis ou até favoráveis a uma diminuição, mas sim porque entendemos que dessa diminuição não resultam proveitos significativos para quem mais precisa e, ainda que assim fosse, ainda não é o tempo certo para o fazer, tendo em conta os muitos desafios que a autarquia tem pela frente. Em conformidade e coerência com esta fundamentação, o nosso voto só poderia ser favorável.»

O senhor Vereador do Partido Socialista entregou a seguinte declaração de voto, que engloba os três impostos: -----

«Declaração de voto

Participação no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Peniche, relativamente aos rendimentos do ano 2020;

Lançamento de uma derrama, para o ano de 2020;

Fixação de taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2020:

O Município de Peniche continua a evidenciar a necessidade de arrecadar receitas que permitam executar as obras que o Quadro Comunitário de Apoio – Portugal 2020 lhe aprovou.

Para o fazer precisa de receitas próprias para fazer face à componente nacional a que está obrigado. Por isso, a transferência de meios financeiros do Orçamento Geral do Estado, ou as receitas próprias arrecadadas através do IMI e da Derrama, neste momento são fundamentais para evitar ao máximo possível o recurso a endividamento bancário que tem que ser necessariamente pago mais á frente, com recursos financeiros que serão necessárias para aproveitamento de oportunidades em novo quadro de apoio posterior a 2020.

No entanto, há necessidade de questionar a continuidade da cobrança da derrama a partir de 2020, no sentido de não inviabilizar a instalação de novas empresas no concelho, em detrimento da sua instalação em concelhos vizinhos onde a derrama não é aplicada.

Por outro lado, o Imposto Municipal sobre Imóveis, tem vindo de forma consistente, ano após ano, a sofrer redução, aproximando-se da sua taxa mínima de 0,3%, fruto também das propostas apresentadas pelo Partido Socialista.

Face a este quadro de necessidade de recursos financeiros, importaria que a gestão financeira da Câmara fosse orientada para a redução da despesa corrente de forma a reforçar os meios próprios financeiros nas despesas de capital o que não tem vindo a acontecer.

Dentro de este equilíbrio que se impõe e que não tem sido atingido e da responsabilidade política que foi conferida ao Presidente da Câmara, o Partido Socialista optou pela abstenção nas três propostas apresentadas.

Jorge Manuel Rosendo Gonçalves

Vereador do Partido Socialista na Câmara Municipal de Peniche.» -----

Os senhores Vereadores do Partido Social Democrata entregaram a seguinte declaração de voto, que engloba os três impostos: -----

«Declaração de voto

Participação no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Peniche, relativamente aos rendimentos do ano 2020;

Lançamento de uma derrama, para o ano de 2020;

Fixação de taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2020:

Os vereadores do PSD têm sido absolutamente coerentes nas suas posições ao longo dos últimos dez anos em matéria de impostos. Nem sempre votámos da mesma forma, em função dos ajustamentos que as algumas propostas mereceram aquando da discussão, mas sempre fomos coerentes em afirmar e em defender que os impostos devem baixar sempre que é possível, porque afinal são poucos os instrumentos que os Municípios dispõem para influenciar positivamente a economia local, libertando as famílias e as empresas de encargos vários.

A derrama foi imposta enquanto instrumento para o Município ter receita para fazer face ao desequilíbrio financeiro que existia em 2011. A derrama era transitória porque, devido à nossa localização geográfica, o concelho de Peniche apresenta-se periférico face a outros concelhos que mais facilmente conseguem atrair empresas, e, por conseguinte, criar mais emprego. Por isso mesmo, e também como forma de incentivo ao emprego e à instalação de empresas, na nossa opinião a derrama não deve existir.

Por outro lado, continuamos a defender a devolução às famílias da contribuição que Município retém em sede de IRS. Ano após ano, as nossas propostas não são consideradas. Por tudo isto os vereadores votam contra as propostas, nomeadamente contra a inércia desta gestão municipal do GCEPP em não apoiar a redução fiscal tão necessária no nosso concelho, assim como ano após ano não apresentar alternativas para arrecadar receita escolhendo sempre o caminho mais fácil da cobrança de impostos.» -----

14) Lançamento de uma derrama, para o ano de 2020 – Pelouro das Finanças:-----

Deliberação n.º 1146/2019: Deliberado, por maioria, com quatro votos a favor, dos membros da Câmara Municipal eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche e pela Coligação Democrática Unitária, uma abstenção, pelo senhor Vereador eleito pelo Partido Socialista, e dois votos contra dos membros da Câmara Municipal eleitos pelo Partido Social Democrata, aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 12 de setembro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----
«Proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em conta o disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, delibere propor à Assembleia Municipal:

1. O lançamento de uma derrama de 1% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas dos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior superior a 150 000€, a liquidar e cobrar no ano de 2020, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;

2. A isenção de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócio no ano anterior que não ultrapasse 150 000€, para os quais será fixada uma taxa de 0%, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;

3. A isenção de derrama para as entidades que tenham constituído e instalado a sua sede no concelho de Peniche nos anos de 2017, 2018 ou 2019, ou que tenham transferido a sua sede social para o concelho de Peniche no mesmo período, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.» (Doc.639 NIPG 16461/19)-----

O senhor Vereador da Coligação Democrática Unitária entregou a seguinte declaração de voto.--

«Declaração de voto

Lançamento de uma derrama, para o ano de 2020:

A temática da derrama é sempre suscetível de causar controvérsia, na medida em que pode ser entendida como uma medida pouco simpática para as empresas. É um discurso falacioso, até porque não há evidências de relação direta entre as derramas e a deslocalização ou não instalação de novas empresas. Trata-se de uma medida que só abrange empresas acima de um patamar de volume de negócios considerável e para empresas recentemente instaladas, o que obviamente salvaguarda as empresas mais frágeis. Estaremos obviamente disponíveis no futuro para deixarmos cair a derrama no nosso Concelho, quando as condições o permitirem, o que não é ainda o caso, e daí o nosso voto favorável.»-----

15) Fixação de taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2020 – Pelouro das Finanças: -----

Deliberação n.º 1147/2019: Deliberado, por maioria, com quatro votos a favor, dos membros da Câmara Municipal eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche e pela Coligação Democrática Unitária, uma abstenção, pelo senhor Vereador eleito pelo Partido Socialista, e dois votos contra dos membros da Câmara Municipal eleitos pelo Partido Social Democrata, aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 12 de setembro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquivou cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere propor à Assembleia Municipal:

1. Fixar a taxa de 0,8% para os prédios rústicos, para vigorar no ano de 2020, ao abrigo da a) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro;

2. Fixar a taxa de 0,325% para os prédios urbanos, para vigorar no ano de 2020, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro;

3. Fixar uma majoração de 30% sobre a taxa aplicável a prédios urbanos degradados que tenham pendentes notificações municipais de intimação, nos termos do fixado no n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, para realização de obras, de modo a colmatar más condições de segurança e salubridade, enquanto durar a situação ou não forem executadas as obras intimadas, ao abrigo do previsto nos n.ºs 8 e 15 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, conforme listagem com os prédios inseridos nesta situação em anexo;

4. Fixar uma minoração de 30% sobre a taxa aplicável a prédios urbanos localizados nos centros históricos do concelho que, tendo sido alvo de notificação municipal de intimação, nos termos fixados no n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, para realização de obras e tenham sofrido obras de recuperação devidamente comprovadas, ao abrigo do previsto nos n.ºs 6 e 15 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, conforme listagem com os prédios inseridos nesta situação em anexo;

5. Fixar as seguintes deduções fixas em euros da taxa de IMI para os imóveis destinados a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, ao abrigo do artigo 112.º A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro:

<i>N.º de dependentes a cargo</i>	<i>Dedução fixa na taxa de IMI</i>
<i>Um dependente</i>	<i>20 €</i>
<i>Dois dependentes</i>	<i>40 €</i>
<i>Três ou mais dependentes</i>	<i>70 €</i>

(Doc.640 NIPG 16461/19)-----

O senhor Vereador da Coligação Democrática Unitária entregou a seguinte declaração de voto. --

«Declaração de voto

Fixação de taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2020:

O IMI é um imposto que obviamente tem impacto nas famílias e, nessa medida, todas as propostas que visem diminuir o compromisso dos munícipes no que toca a encargos com este imposto, merecerão sempre a nossa melhor atenção. Registamos por isso alguns pequenos avanços que têm sido conseguidos e esperamos que no futuro possamos ir bem mais longe. Mas mais uma vez em coerência com o que defendemos no passado, respeitámos a proposta da Câmara e daí o nosso voto favorável.» -----

FIXAÇÃO DE PREÇOS E TAXAS:

16) *Fixação de preço para a venda de T-shirts da “40.ª Edição da Corrida das Fogueiras” – Pelouro do Desporto:* -----

Deliberação n.º 1148/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 23 de setembro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a informação n.º 1416/2019, de 26 de agosto de 2019, do setor do Desporto, proponho que a Câmara Municipal de Peniche, no uso da competência estabelecida nas alíneas e) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, fixe preço para venda de modelo de T-Shirt nos seguintes termos: T-shirt 40.ª Corrida das Fogueiras – 5€ (I.V.A incluído)» (Doc.641 NIPG 15481/19)-----

RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL:

17) *Participação do Município de Peniche no evento denominado Portugal numa Bancada – Pelouro do Desporto:* -----

Deliberação n.º 1149/2019: Por proposta do senhor Vice-Presidente Mark Ministro, datada de 25 de setembro de 2019, deliberado, no uso da competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a participação do Município no evento “Portugal Numa Bancada”, conforme solicitado pela Federação Portuguesa de Futebol. (NIPG 15881/19)-----

LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES DIVERSAS:

18) *Licenciamento de festa religiosa com procissão, em honra de Nossa Senhora do Rosário, e de arraial, em Bufarda, requerido pelo Centro Social da Bufarda – Pelouro da Administração Geral:* -----

Deliberação n.º 1150/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 24 de setembro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Atendendo ao solicitado pelo Centro Social da Bufarda, por requerimento, registado nestes serviços no dia 23 de setembro de 2019, e considerando a informação da Secção de Taxas e Licenças e Apoio aos Órgãos Municipais, da mesma data, proponho que se autorize a emissão de Licença de Recinto Improvisado, nos termos dos artigos 3.º, 14.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, para a realização da festa anual, em honra de Nossa Senhora do Rosário, com bailes no pavilhão do Centro Social da Bufarda, sito na Rua da Associação, em Bufarda, nos dias de 4 a 7 de outubro de 2019, e Autorização Prévia para Lançamento de Artefactos Pirotécnicos, nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 124/06, de 28 de junho.» (Doc.642 NIPG 17249/19)-----

APOIOS DIVERSOS:

19) Atribuição de apoio ao Centro de Solidariedade e Cultura de Peniche, no âmbito da colaboração na OTL – Férias Fora da Caixa – Pelouro da Educação: -----

Deliberação n.º 1151/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 24 de setembro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando que o Centro de Solidariedade e Cultura de Peniche colaborou de forma ativa no serviço de ocupação de tempos livres Férias Fora da Caixa 2019, durante os meses de julho e agosto, proponho que a Câmara Municipal de Peniche, no uso da competência estabelecida na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atribua um subsídio ao Centro de Solidariedade e Cultura de Peniche no valor de 1.945,90€, como compensação pelo apoio prestado.» (Doc.643 NIPG 17407/19) -----

DIVERSOS:

20) Responsabilidade extracontratual do Estado, no âmbito de um processo de que é titular Fábio Daniel Ramos Veríssimo - Pelouro da Administração Geral:-----

Deliberação n.º 1152/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 5 de setembro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a deliberação n.º 83/2019, de 14 de janeiro de 2019, sobre a intenção de indeferir o pedido apresentado, por não se encontrarem preenchidos cumulativamente os pressupostos do dever de indemnizar: o facto, a ilicitude, a culpa, o dano e o nexo de causalidade entre o facto e o dano.

O requerente foi notificado, nos termos do artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo, no âmbito da audiência Prévia, tendo apresentado um requerimento que comunica o seu desagrado quanto à resposta obtida e requer o pagamento de uma indemnização. Considerando a informação n.º 595/2019, do Gabinete Jurídico e de Contencioso, de 23 de maio de 2019, em anexo, proponho que a Câmara Municipal mantenha a deliberação n.º 83/2019, de 14 de janeiro de 2019, no sentido de indeferir a reclamação apresentada, por não se encontrarem preenchidos cumulativamente os pressupostos do dever de indemnizar que recai sobre este Município: o facto, a ilicitude, a culpa, o dano e o nexo de causalidade entre o facto e o dano, por não se ter provado que o dano no veículo tenha sido provocado por responsabilidade do Município.» (Doc.644 NIPG 17805/19) -----

21) Responsabilidade extracontratual do Estado, no âmbito de um processo de que é titular Gisela Maria Silva Rosa - Pelouro da Administração Geral: -----

Deliberação n.º 1153/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 26 de setembro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a informação do Serviço de Segurança, Saúde no Trabalho n.º 1670/2019 de 25 de setembro de 2019, e considerando que o sinistro em apreço tem enquadramento na apólice do ramo Responsabilidade Civil – Condição Especial 45 – Autarquias, proponho que a Câmara Municipal autorize a antecipação do pagamento dos encargos provenientes do sinistro à requerente Gisela Maria Silva Rosa, no valor de 568,38 euros, conforme a fatura da despesa apresentada e junta ao processo.» (Doc.645 NIPG 15893/19) -----

22) Participação no colóquio sobre Educação Patrimonial em Peniche – Pelouro da Cultura:

Deliberação n.º 1154/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 24 de setembro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a informação da DAF – Cultura, proponho que a Câmara Municipal, no uso da

competência na alínea t) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tome conhecimento da participação do Município de Peniche no Colóquio sobre Educação Patrimonial, evento organizado pela Associação Patrimonium, a ter lugar no dia 29 de setembro no Museu Nacional da Resistência e Liberdade.» (Doc.646 NIPG 17238/19) -----

23) Adesão do Município de Peniche à “Semana pelo Clima” - Ratificação – Pelouro da Administração Geral:-----

Deliberação n.º 1155/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 23 de setembro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratifique o meu despacho, de 20 de setembro de 2019, emitido ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em que aprovei a adesão do Município de Peniche à “Semana pelo Clima”.» (Doc.647 NIPG 13336/19)-----

24) Homenagem a Floriano da Costa, Manuel de Sousa e João Pedro Júnior, pela doação de propriedades para construção da Escola Básica do 1.º Ciclo da Bufarda – Pelouro da Administração Geral:-----

Deliberação n.º 1156/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 27 de setembro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«É por todos reconhecida a importância da educação e o direito de todas as crianças usufruírem de um local digno para o efeito.

Assim propõe-se uma homenagem pública de agradecimento e de reconhecimento a Floriano da Costa, Manuel de Sousa e a João Pedro Júnior pela cedência gratuita de terrenos, dos quais eram proprietários, para a construção do edifício da Escola Básica do 1.º Ciclo da Bufarda, por meio das escrituras lavradas em 16 de fevereiro de 1948 e em 26 de fevereiro de 1948. De notar que esta cedência contribuiu para o desenvolvimento e para a educação da povoação da Bufarda. Por tudo o referido e de forma assinalar o reconhecimento do Município, propõe-se, ainda, a colocação de uma placa de homenagem no referido edifício escolar.» (Doc.648 NIPG 17666/19)

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 1157/2019: Para efeitos de execução imediata, a Câmara deliberou aprovar a minuta da presente ata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

ENCERRAMENTO:

Sendo doze horas e cinquenta minutos, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Josselene Nunes Teodoro*, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, subscrevo. -----

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 17 de fevereiro de 2020, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do

Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.-----

O Presidente da Câmara Municipal,

(assinado no original)

A Chefe da Divisão de Administração e Finanças,
em regime de substituição,

(assinado no original)
